

ESPAÇOS EDUCADORES PARA AS CRIANÇAS: UMA PROPOSTA DE CIDADES EDUCADORAS

Patrícia Andréa Rauber Knorst*

Resumo

O presente artigo possui como temática a discussão sobre o espaço das crianças no cenário social, uma vez que é preciso investigar como as cidades estão acolhendo e valorizando as crianças em uma perspectiva educadora. Nesse sentido, a finalidade é buscar subsídios teóricos que orientem a proposta elencada, devendo-se compreender como as crianças estão sendo concebidas pela sociedade e também como elas se sentem em relação ao espaço no que elas convivem. Por isso, verificou-se que as cidades não estão oferecendo espaços lúdicos suficientes para o desenvolvimento das crianças; porém, é preciso também, a partir da escola, suscitar práticas educativas e propor para a gestão pública, para que assim se realizem algumas providências em relação a isso. Palavras-chave: Criança. Infância. Cidades educadoras. Espaços lúdicos.

1 INTRODUÇÃO

Abordar aspectos sobre as cidades educadoras requer, inicialmente, que conheçamos os seres que mais precisam ser reconhecidos dentro das cidades: as crianças. Para tanto, breves apontamentos sobre as crianças e a infância são de suma importância para construirmos propostas de espaços educadores, tão necessários para o desenvolvimento infantil. Assim, precisamos, como educadores e como cidadãos, refletir onde estão nossas crianças nas cidades e que espaços lúdicos elas estão frequentando, além da escola. Contudo, é necessário que as cidades garantam para elas espaços educadores, com a finalidade de elas encontrarem e fixarem sua identidade.

2 CONHECENDO AS CRIANÇAS

Neste novo milênio, as crianças estão encontrando espaço na sociedade, visto que seus papéis estão cada vez mais reconhecidos, não somente na esfera educacional, mas, sobretudo, na social. Crianças de todos os jeitos, faixas etárias, berços culturais, bem como crianças de diversos saberes.

Segundo Barbosa (2009, p. 23), pode-se ver que:

As crianças possuem diversas características que as diferenciam entre si. Podem ser meninos ou meninas; negros, amarelos, brancos; surdas ou ouvintes; alegres ou quietas. Podem viver na cidade ou no campo, no litoral, na floresta ou na região ribeirinha. Simultaneamente, apresentam características universais como, por exemplo, a vulnerabilidade com a qual nascem, a intensidade no ritmo de seu crescimento nos primeiros anos de vida e a possibilidade de interagir e aprender em qualquer situação.

* Graduada em História; graduanda em Pedagogia e pós-graduanda em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil na Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de São Miguel do Oeste; patricia_pattyrauber@hotmail.com

Com toda essa diversidade de crianças, precisamos pensar nossas práticas pedagógicas nas escolas de forma variada e complexa, visto que é preciso respeitar as suas particularidades. As crianças podem ter características universais, ou seja, comuns a todas, porém, elas são únicas e cada uma traz na sua essência a sua própria identidade.

Assim, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 14).

É preciso ainda desmistificar muitas concepções sobre as crianças, visto que elas são sujeitos capazes de produzir sua própria história, e mais, são sujeitos que interagem não somente com as próprias crianças de sua faixa etária, mas também com os adultos.

Entretanto, ser criança não significa que todas elas possuem a mesma infância. Pelo contrário, as crianças não têm a mesma infância, cada uma vive suas singularidades e por isso, não pode ter a mesma infância que as outras.

De acordo com Barbosa (2009, p. 25):

A infância é uma das categorias geracionais mais recentes. É claro, como dissemos anteriormente, que sempre houve crianças, mas elas não eram reconhecidas como grupo social com especificidades próprias. Foi ao longo dos últimos séculos que a ideia da infância como período separado e diferenciado da idade adulta emergiu. Essa separação e a polarização propiciaram, por um lado, a valorização do pensamento de proteção das crianças, como a defesa contra a exploração pelo trabalho ou o abuso sexual, mas, ao mesmo tempo, constituiu um controle, às vezes excessivo, sobre as crianças.

Desse modo, a infância é uma categoria social concebida muito recentemente, já que por muitos séculos ela não foi reconhecida socialmente. Somente quando os adultos deixaram de pensar nas crianças como adultos em miniatura é que se começou a defender as crianças e elas passaram a adquirir direitos perante as leis.

As crianças possuem muitas qualidades, entre as quais podemos citar sonhadoras, dinâmicas, espertas, criadoras e harmônicas, mas em meio a tanta harmonia, podemos perceber que muitas delas são mergulhadas em solidão, medo e abandono. Inúmeras crianças não têm um lar, isto é, não têm uma família que as possa proteger e ensinar. Não podemos generalizar e dizer que a infância das crianças é de repleta felicidade, contudo, também é feita de desgosto, angústia e dúvidas.

Para que as crianças possam se expressar e tenham o desejo de fazê-lo, é preciso que os adultos saibam ouvir. Isso não significa apenas ouvi-las, mas procurar compreender, dar valor as palavras, as intenções verdadeiras da fala. Todas as crianças falam, mas nem sempre os adultos são capazes de perceber a mensagem. (TONUCCI, 2005, p. 18).

Diariamente as crianças se expressam, porém, muitos adultos, pais ou professores, não sabem escutar os ruídos que ecoam dos seus lábios e/ou face. Não precisam ser palavras, mas um simples olhar e/ou gesto pode definir as intenções delas.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, é necessário:

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagens que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural. (BRASIL, 1998, p. 33).

Nesse sentido, as crianças precisam ser valorizadas em todos os contextos sociais, visto que desempenham um papel social muito importante no desenvolvimento da sociedade. Por isso, é preciso considerar cada criança com suas características próprias e assim respeitá-las em todos os espaços e em qualquer tempo.

Segundo Muller e Redin (2007, p. 17):

A criança é um ser que dá sentido ao mundo em que vive fazendo diferentes leituras das tramas sociais. Tem, portanto, no decorrer da vida, não só a possibilidade de aprender como também de contribuir para a constituição de um novo momento histórico social, feito da diversidade cultural e da singularidade dos sujeitos. Quanto, mais diversificado o meio sociocultural, maiores serão as possibilidades de conhecimento, de criação.

Realmente, a criança é um sujeito que proporciona mais vida ao contexto social em que vive, pois ela desencadeia as relações sociais em qualquer ambiente. Com sua pureza traz consigo ternura e simplicidade, mas pode ser corrompida e retorcida conforme as influências do meio no qual vive.

3 POR ENTRE AS PAREDES E OS MUROS DAS CIDADES

Um ser talvez tão pequenino, mas com grande importância para a sociedade. Um ser muitas vezes esquecido, renegado, excluído e mal-amado. Para outros, um ser idolatrado, respeitado, valorizado e bem-amado. Um ser escondido entre os muros, preso dentro de automóveis, casa e escola. Um ser chamado criança, que possui direitos e deveres nesta sociedade conturbada por princípios capitalistas, em que a voz do capital acaba por dar os retoques nos espaços nos quais convivemos. Onde estão as nossas crianças? Em que espaços?

Segundo Redin, Zitkoski e Wurdig (2003, p. 115-116), precisamos refletir onde estão nossas crianças nas cidades:

Confinadas em suas casas ou em escolas ou nos shoppings e em alguns outros espaços restantes ou sobrantes (enquanto não forem ocupados pelo progresso urbano industrial e pela especulação imobiliária para a ordem dominante). Todos esses espaços realizam uma função muito sutil, mas muito útil: o disciplinamento dos corpos infantis.

O disciplinamento dos corpos infantis é especialmente grave em termos de projeto de uma cidade educadora.

A realidade é franca e amarga, pois as cidades estão embargadas de espaços preparados apenas para o mundo adulto, enquanto muitas crianças ocupam os lugares menos privilegiados e talvez os mais sufocantes da sociedade. Dessa forma, passar o dia dentro de apartamentos e/ou casas e sair apenas para frequentar uma classe na escola pode parecer a única alternativa para as crianças, já que os espaços estão sendo limitados por estas crianças.

Houve tempos em que nenhuma esfera social pensava muito nas crianças, até mesmo as instituições escolares, tampouco as instituições políticas das cidades. Segundo Tonucci (2005, p. 199) “[...] as cidades eram feitas para todos, e as crianças procuravam se infiltrar nos espaços de todos, buscando negociar com os pais e com os adultos seu tempo livre, seus espaços de jogo, sua necessidade de exploração de aventura.”

Nessa época, as crianças precisavam cumprir suas tarefas escolares e, posteriormente, saíam pelas ruas para encontrar os seus amigos. Em poucos momentos, em várias ruas e esquinas juntava-se um grupo de crianças e a diversão estava garantida, seja pela partida de futebol seja pelas brincadeiras de esconde-esconde e pega-pega.

Entretanto, após esse desenfreado mundo capitalista dominar a sociedade, vemos que as cidades não apontam lugares dinâmicos e acolhedores para as crianças, ou seja, não há espaços verdadeiramente educadores para elas. Há muitos espaços nas cidades destinados para os adultos, já que estes são mais rentavelmente significativos. Há lugar para os automóveis, para as fábricas, para o comércio, ou seja, há espaços destinados para o bem-estar dos adultos.

Nessa cidade profundamente mudada, pensou-se em dedicar às crianças espaços especializados e reservados, uma espécie de reservas indígenas nas quais possam ser garantidas suas necessidades de lazer, desenvolvimento e aprendizagem. Nasceram assim, os quartos das crianças nas casas, as creches, as escolas infantis, as ludotecas, as pracinhas para as crianças, os supermercados de brinquedos a até os parques de diversão. Por outro lado desaparecem as crianças das escadas, dos pátios, das calçadas, das ruas, das praças, dos parques, todos lugares considerados perigosos. Se uma criança precisa sair de casa, o fará na companhia dos pais e possivelmente de carro, inclusive nos percursos breves. (TONUCCI, 2005, p. 200).

Se por um lado criaram-se maravilhosos espaços educativos e lúdicos para as crianças, por outro, houve um confinamento delas nesses lugares. Inúmeros espaços estão sendo destinados às crianças, mas, veja-se que estes são fechados e não abrem possibilidades de liberdade das crianças, pois em todos eles há a “fiscalização” dos adultos. Contudo, precisamos admitir que não vemos mais nas cidades as crianças correndo pelas ruas, andando de bicicleta, brincando de esconder atrás dos postes, subindo e descendo em árvores, porém, quando as vemos realizar essas atividades, estão sendo guiadas pelos adultos.

Percebem-se aqui equívocos, pois muitos adultos realizaram todas estas atividades sozinhos pelas cidades, porém, hoje não permitem que seus filhos as realizem, uma vez que as cidades oferecem, na maioria das vezes, pouca segurança para as crianças, haja vista as poucas possibilidades de diversão.

Assim, a maior parte das crianças utiliza o seu tempo para frequentar um espaço escolar, e, às vezes, em tempo integral; o restante ficam em casa, realizando atividades mecânicas propostas pelos adultos, com a finalidade de ocupá-las o máximo de tempo possível. Desse modo, elas quase não têm comunicação com crianças da sua faixa etária, visto que várias famílias também optam por ter somente um filho. Então, também as crianças acabam por ter um círculo de amizade limitado aos coleguinhas da sala de aula e acabam tendo poucos amigos.

4 ENTRE O SONHO E A REALIDADE

Embora houve um tempo em que as crianças não tinham muito espaço na sociedade, tampouco no planejamento das cidades, algumas propostas estão sendo pensadas e praticadas com muito carinho para as crianças, como as cidades educadoras e as cidades amigas das crianças.

No final do anos 1980 e início dos anos de 1990 surgiram propostas de criação das cidades educadoras, com o intuito de utilizar o seu próprio espaço para ensinar e proporcionar aos seus cidadãos muitos benefícios, principalmente para as crianças. Assim, Cabezudo (2004, p. 12) argumenta que:

A cidade educadora é uma cidade com personalidade própria, integrada ao país onde se localiza. Sua identidade, portanto, é interdependente com a do território de que faz parte e da história da qual resulta. É também, uma cidade que não está fechada em si mesma, mas sim, uma cidade que se relaciona com seu entorno: outros núcleos urbanos do mesmo país ou cidades parecidas de outros países, relação que implica novas aprendizagens, intercâmbio e solidariedade, enriquecendo a vida dos seus habitantes.

Nesse sentido, é fundamental que as crianças não percam suas identidades pelas esquinas da cidade. Pelo contrário, em cada uma delas é preciso ecoar o nome delas, contudo, é preciso que as cidades conheçam as crianças e procurem cada vez mais saber delas, visto que fazem parte do contexto social, econômico, político, cultural e religioso de qualquer cidade.

Dessa maneira, quando apontamos que a cidade educadora é ideal para as crianças, não estamos menosprezando as demais cidades, haja vista que estas oferecem também muitos espaços educativos para elas. Contudo, é preciso que estes espaços educativos se tornem espaços educadores, pois não bastam espaços que ofereçam para as crianças apenas amparo e proteção, pelo contrário, é preciso espaços que inspirem cuidados e sejam ricos em aprendizagem e ludicidade.

Didonet e Redin (2007, p. 30) argumentam que:

As crianças participam de outros espaços de convivência e aprendizagem, nos quais sua personalidade se forma, sua visão de mundo se constrói, sua experiência da vida vai se alicerçando valores e atitudes. O ambiente doméstico, o centro de saúde e o hospital, a rua, a praça, o parque infantil, a igreja, os lugares de reunião, enfim, todos os espaços de convivência onde a criança está inserida constituem o território.

A partir disso, também as cidades educadoras compreendem que as crianças precisam dispor de inúmeros espaços de convivência, já que não se pode limitá-las a um espaço de vivência. É preciso conviver com outras pessoas e não apenas viver com elas, pois nesta convivência podemos dialogar, se divertir e aprender uns com os outros. Já quando apenas vivemos com as pessoas, não damos importância ao que os outros estão fazendo, tampouco nos importamos em ter amigos.

Infelizmente algumas políticas públicas nas cidades são desenvolvidas em prol da sustentabilidade da população, sob um viés político e econômico. No entanto, as cidades educadoras visam a construir alicerces que sustentam e contribuem para o desenvolvimento das crianças.

De acordo com, Didonet e Redin (2007, p. 30), “[...] a iniciativa ‘cidade educadoras’ parte do princípio de que são as pessoas que dão vida à cidade, que fazem a sua alma.” Se os habitantes são os grandes responsáveis por enriquecer as cidades, dando-lhes forma, cor, sabor, enfim, a vida, é preciso pensar a cidade sob a perspectiva das crianças, uma vez que elas precisam ser reconhecidas também como premissa de vida.

Se desde a tenra infância as crianças tiveram acesso a ambientes bonitos e adoráveis nas cidades, já estaremos formando uma nova consciência de que elas, quando adultas, também pensarão a cidade dos seus filhos e das demais crianças, como parte do universo infantil.

Assim, uma cidade educadora procura a todo o momento conhecer e interagir com as crianças, fazendo com que elas se sintam acolhidas como cidadãos do próprio espaço em que vivem. No entanto, essa acolhida não deve ser por obrigação, mas espontânea.

Conforme Cabezudo (2004, p. 13):

Uma cidade educadora deve promover o respeito à diversidade e facilitar a afirmação da própria identidade cultural, uma identidade coletiva que se apóia na adesão do passado, na memória, nos símbolos e festas, mas também na construção de um futuro coletivo nesse território comum que a cidade lhes oferece. As ações educativas que têm lugar no quadro de uma cidade educadora deverão integrar o conhecimento e a vivência do meio urbano: suas características, vantagens, problemas e soluções.

Com isso, uma cidade educadora deve evidenciar que uma de suas prioridades é ter a criança como cidadã capaz de participar no meio em que vive. Assim, é preciso respeitar cada criança, pois cada uma tem a sua própria identidade, e a cidade pode contribuir para que esta identidade cultural não se perca.

As cidades contêm muitos espaços educativos que devem ser explorados pelas crianças. Dessa forma, um dos grandes papéis das cidades educadoras é fazer com que estes espaços sejam educadores e que de fato estejam garantidos para as crianças.

As cidades educadoras são norteadas pelos princípios da Carta, regida em 1990, após um congresso internacional entre os representantes das cidades educadoras. Assim, Brarda e Rios (2004, p. 28) apontam que “[...] este projeto educativo de Cidade Educadora foi concebido como instrumento gerador de um processo de participação cidadã que possibilite a criação de um consenso sobre prioridades educativas e a assunção de responsabilidades coletivas em matéria de educação.”

Por isso, as cidades educadoras preveem que haja participação de todas as pessoas nas decisões das cidades, sobretudo, participação das crianças. Segundo a Carta de Barcelona, todos os habitantes de uma cidade podem desfrutar dos espaços oferecidos pelas cidades e sugerir que estes sejam adaptados e/ou modificados para se tornarem educadores e acolher as pessoas.

5 CONCLUSÃO

Portanto, podemos considerar que as crianças precisam ser reconhecidas nas cidades como seres humanos que participam nas decisões tomadas no espaço em que elas convivem. É preciso que as crianças sejam acolhidas, protegidas, orientadas e educadas por todos os espaços das cidades, mas para isso é importante que alguns princípios das cidades educadoras sejam seguidos não apenas pelos educadores, mas pelos governantes destas.

Após tantas discussões sobre as concepções de criança e infância, precisamos enraizar algumas ideias referentes às Cidades Educadoras, já que elas apontam para um caminho educador e que possibilita às crianças situações de aprendizagem. Mas, para isso acontecer, faz-se fundamental olhar para os espaços sociais com olhares diferenciados e neles interferir para que estes se tornem alternativas de espaços educadores para as pessoas, sobretudo, para as crianças, que por sua vez, possuem espaço limitado nas cidades.

Abstract

This article has as its theme the discussion on the children's space on the social scene, since it is necessary to investigate how cities are welcoming and valuing children in a prospective educator. Accordingly, the purpose is to seek theoretical support to guide the proposal, since it is necessary to understand how children are being designed by the company and also how they feel about the space in which they live. Therefore, we see that cities are not offering enough play areas for children's development, however, we must also raise the school from educational practices and propose for public management, so that it take some steps in this regard. Keywords: Child. Childhood. Educating cities. Recreational spaces.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem da Silveira. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil**: Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília, DF: 2009.

BRARDA, Analia; RIOS, Guilherme. Argumentos e estratégias para a construção da cidade educadora. In: CABEZUDO, Alicia; GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto (Org.). **Cidade Educadora**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CABEZUDO, Alicia. Cidade Educadora: uma proposta para os governos locais. In: CABEZUDO, Alicia; GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto (Org.). **Cidade Educadora**. São Paulo: Cortez, 2004.

MULLER, Fernanda; REDIN, Euclides. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: MULLER, Fernanda; REDIN, Euclides; REDIN, Marita Martins (Org.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

REDIN, Euclides; DIDONET, Vital. Uma cidade que acolha as crianças: políticas públicas na perspectiva da infância. In: MULLER, Fernanda; REDIN, Euclides; REDIN, Marita Martins (Org.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

TONUCCI, Francesco. **Quando as crianças dizem: Agora chega!** Porto Alegre: Artmed, 2005.